

Memória, espaço e identidade: as ruas como elemento de valorização da identidade local em São José dos Campos (São Paulo, Brasil)

Gabriel Ferreira

Universidade do Vale do Paraíba
São José dos Campos - São Paulo - Brasil
bielhenrique.sjk@gmail.com

Resumo: O artigo versa em discutir sobre a formação e valorização das identidades locais do município de São José dos Campos por meio das alterações das nomenclaturas das ruas. No ano de 1913, uma resolução assinada pelo prefeito da municipalidade alterava a denominação das vias públicas, passando de datas cívicas importantes da História do Brasil para nomes de figuras emblemáticas para a história do município. Como a memória, o espaço e a identidade são conceitos que estão interligados, a proposta desta pesquisa é demonstrar como essa resolução culminou na valorização da memória urbana local por meio da toponímia, uma ciência que estuda os nomes dos lugares. Como metodologia, além da análise da Resolução nº 13, o uso da toponímia e do SIG Histórico foram necessários para a melhor compreensão do espaço urbano de São José dos Campos no período. Os resultados demonstraram a respectiva valorização do poder público para essas figuras de relevância para a história local.

Palavras-chaves: memória; espaço; identidade; história urbana; ruas.

Introdução

O presente artigo objetiva-se em discutir acerca da formação e valorização das identidades locais a partir das alterações das nomenclaturas das ruas, praças e travessas do município de São José dos Campos, localizado no estado de São Paulo, tendo como recorte temporal o ano de 1913. Neste momento, com a assinatura da Resolução nº 13 do dia 27 de agosto de 1913, o prefeito Tenente Coronel João Alves da Silva Cursino alterou o nome das principais vias públicas do Centro da cidade. A maioria das ruas, praças e travessas que eram denominadas com datas históricas do Brasil passaram a receber nomes de personalidades relevantes da cidade no período, além de ser nomeadas de acordo com características físicas e geográficas ou até mesmo identificadas conforme o uso funcional do espaço, tornando-as referências para a localização dos moradores (Nunes, 2018).

A pesquisa pretende demonstrar com o uso da toponímia, uma ciência auxiliar da História que estuda o nome dos lugares (Dick, 1992), como a identidade local se sobrepôs a uma identidade nacional, com a exaltação de figuras do cotidiano da cidade ao invés da reafirmação da memória de datas cívicas importantes dentro do contexto nacional. Quando

ocorre a nomeação de uma rua, travessa, avenida ou praça, elas não carregam apenas uma homenagem ou uma valorização de determinado indivíduo, data ou profissão, mas também trazem consigo a identidade que um local busca ter e a reafirmação da memória que ela constrói em seu cotidiano. Sendo a memória e o espaço indissociáveis (Seemann, 2002) e a memória sendo um elemento constituinte do sentimento de identidade (Pollak, 1992), torna-se fundamental compreender a relação entre a construção do espaço urbano e a valorização das memórias e identidades locais, como será tratado neste trabalho.

A fonte primária utilizada é a Resolução nº 13 de 27 de agosto de 1913, localizada digitalmente no site da Prefeitura Municipal de São José dos Campos e no Núcleo de Pesquisa Pró-Memória da mesma cidade. A resolução possui duas páginas e trata-se da mudança de nomenclatura de 27 ruas, praças e travessas do Centro da cidade. Essa resolução é a terceira sobre a alteração das denominações das vias públicas que se tem registro, sendo a primeira de 1865 e a segunda de 1897 (Caldeira, 1934; Nunes, 2018), no entanto, esta é a primeira resolução que se refere a denominação de vias públicas disponibilizada em sites oficiais, facilitando no desenvolvimento desta pesquisa. Como metodologia, foi realizada em um primeiro momento uma análise qualitativa de cunho exploratório da fonte primária supracitada e, posteriormente, com o uso da toponímia, o objetivo torna-se a debater e discutir sobre a formação das identidades locais com as novas nomenclaturas de ruas.

Também foi utilizado para a realização desta pesquisa o Álbum de São José dos Campos do ano de 1934. Escrito por João Netto Caldeira, o álbum dispõe de notas biográficas das principais figuras que fizeram história na cidade, como políticos, religiosos, advogados e donos de terra. Tais personalidades foram engrandecidas pelo livreto, que serviu como uma propaganda de São José dos Campos no contexto do período sanatorial (Queiroz, 2024). O álbum está localizado fisicamente no Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica da Universidade do Vale do Paraíba e digitalmente no acervo do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória.

Ademais, o recurso do SIG Histórico também foi utilizado brevemente neste trabalho para a compreensão do espaço urbano do passado com base nos mapas atuais. O SIG Histórico é um nome dado para o uso das geotecnologias nas pesquisas históricas, possuindo como objetivo principal destacar a representação geográfica nos campos historiográficos que estudam a cidade, como a história urbana quanto a história da cidade (Ferreira; Pereira, 2023). A partir do uso de aplicações como o QGIS, uma planta de São José dos Campos foi georreferenciada e com ela, foi possível realizar um mapa temático da zona urbana e do arruamento do Centro do município, visando a melhor compreensão do espaço urbano da localidade e como ele se desenvolveu desde o período do povoamento até o recorte temporal

da pesquisa. Para isso, foi utilizado o mapa disponibilizado pelo *Google Satellite* como fundo, sobrepondo com a imagem fotográfica da planta do centro de São José dos Campos na década de 1910, pois, como trata Ferla *et al* (2020), “as cicatrizes do tempo, como rasgos e deformações, reforçam as percepções de imprecisão junto aos possíveis consulentes”.

Um dos campos em que as pesquisas geoespaciais são muito promissoras é o da História Urbana. De acordo com Richard White (2008), as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com SIGs oferecem alternativas para superar os impasses epistemológicos que a Geografia e a História enfrentam ao empregar as ferramentas e as formas de representação tradicionais para analisar a construção histórica do espaço. Para o autor, a principal forma de representação geográfica – o mapa – é adequada para representar alguns tipos de espaço, mas não muito adequada para demonstrar relações ao longo do tempo. Por sua vez, a principal forma de representação histórica – a narrativa – não é muito conveniente para expressar relações espaciais. As relações que saltam aos olhos quando apresentadas em um formato espacial, como um mapa, tendem a se apresentar confusas e sobrecarregadas de detalhes, quando explicadas na forma de narrativas (Ferreira; Pereira, 2023, [s.p.]).

Por fim, o uso da revisão bibliográfica também se constitui como método para a realização do trabalho. As principais referências utilizadas sobre o conceito de memória foram de Pollak (1992) e Halbwachs (1990). Enquanto Corrêa (1989) e Santos (1998) contribuem no entendimento sobre espaço urbano, além de Seemann (2002), contribuindo na relação entre memória e espaço. As explicações de Dick (1992) sobre toponímia se fortalecem nesse debate. Quanto à História de São José dos Campos, Nunes (2018) e Ferreira (2024) dialogam perfeitamente com este trabalho no que tange aos processos urbanos do município, servindo como referência neste estudo.

O artigo será dividido em três seções: a primeira possui como objetivo principal discutir sobre como as memórias e as identidades são formadas pela ação do poder público no espaço urbano, e qual o papel das nomenclaturas de ruas, praças, avenidas e travessas na constituição destes dois aspectos; na segunda seção, objetiva-se em situar e contextualizar São José dos Campos no determinado período histórico, trazer as informações da fonte primária e com o uso da toponímia realizar um estudo comparativo e descritivo das nomenclaturas das ruas; por fim, a terceira seção pretende analisar como a constituição dessas novas denominações das vias públicas municipais contribui para o processo de construção da memória coletiva e das identidades nacionais no espaço urbano.

A construção das memórias e das identidades no espaço urbano

O debate conceitual pode ser iniciado com o geógrafo Milton Santos (1998), que ao buscar uma conceituação do urbano a define como o “abstrato, o geral, o externo”, enquanto a

cidade seria o “particular, o concreto, o interno”. O autor ainda define as possíveis linhas de estudo dentro das tendências historiográficas da história urbana e da história da cidade, ao realizar essa distinção entre ambas:

Entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que na cidade se realizam; do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação; e uma história que não é bastante feita: a história da socialização na cidade e a história da socialização pela cidade. E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. O conjunto das duas histórias nos daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias. Seriam estudos mais ou menos desinteressados, mais ou menos interessados, e até estudos mais ou menos interesseiros, sobre a cidade e o urbano (Santos, 1998, p. 34).

A história urbana, sob este ponto de vista, trata-se de uma questão imaterial, na qual podemos apelar para as memórias dos grupos sociais que vivem neste contexto, na qual pode-se pautar em uma análise subjetiva sobre os símbolos e a significação de determinados lugares dentro do núcleo urbano. Já a história da cidade refere-se aos aspectos materiais do espaço urbano, sendo analisada conforme aos aspectos físicos e geográficos que o compõem, a compreensão do surgimento de determinadas infraestruturas urbanas ou os processos de dinâmica e crescimento urbano. Por todos os estudos de cidades exigirem a necessidade da conceituação de espaço (Santos, 1998), torna-se válido definir o espaço como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações humanas (Santos, 2006).

Utilizando essa concepção de história urbana, a memória torna-se fundamental para a possibilidade de atribuir significados aos elementos dentro do espaço urbano. A construção e constituição de uma memória coletiva acontece apenas quando ela está inserida no espaço (Halbwachs, 1992) e, como trata Seemann (2002), a memória necessita de um espaço para ser ativada:

Embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada. Neste sentido, lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música) podem servir como possíveis referenciais espaciais para a memória (Seemann, 2002, p. 44).

A preservação do passado e a constituição das memórias dentro do espaço urbano tornam a cidade como uma “instituição de memória” ao reconstituir e reafirmar a existência de uma historicidade que propicie a criação das identidades dos lugares (Abreu, 1998). Halbwachs (1992) também pode contribuir com este debate, dizendo que a memória coletiva de um determinado local passa a moldar as imagens, as concepções e os valores dos grupos sociais que vivem dentro desse respectivo espaço. Pesavento (2005), ao dizer sobre a recuperação das

cidades no passado, afirma que ela não implica apenas a registrar as lembranças, relatar os fatos ou preservar materialmente os espaços do contexto urbano, mas também importa na fixação de imagens e discursos que podem conferir uma certa identidade urbana para a localidade.

A memória, tanto a individual quanto a coletiva, são elementos constituintes do sentimento de identidade, principalmente quando estamos contextualizando-a no espaço da cidade (Pollak, 1992). A construção dessas memórias e identidades nas cidades tornam-se como um campo de forças, na qual os agentes sociais, em especial o poder político municipal, se enfrentam para preservar ou transformar as mudanças no espaço urbano, seguindo as concepções de Bourdieu (2001).

O poder político municipal, por meio do poder público¹, atua na organização social do espaço urbano, podendo interferir diretamente na regulamentação do uso do solo até a reorganização espacial de determinada localidade, além de investir na produção deste espaço em obras de infraestrutura (Corrêa, 1989). Ademais, o Estado pode também interferir nas nomenclaturas das vias públicas, na qual recebem um processo contínuo de renomeação e ressignificação de suas denominações, e isto se dá a partir de diferentes perspectivas, mas tendo como fio condutor as decisões políticas sempre presentes na construção de uma memória coletiva dominante (França, 2019).

Esta pesquisa faz uso da toponímia enquanto ciência auxiliar da História. A toponímia é uma disciplina multidisciplinar dentro da linguística que permite aos diferentes tipos de pesquisadores estudarem os nomes dos lugares (Dick, 1992), sendo utilizada para fins de investigação da história urbana e da história da cidade. Quando estudamos os nomes dos lugares e, em especial, dos logradouros municipais, podemos perceber que a história e a memória de uma localidade estão escritas nas suas ruas e praças. A relação entre os moradores com as vias públicas é cotidiana no contexto urbano, o que acaba promovendo um maior sentimento de identificação entre os cidadãos com as figuras, datas ou profissões homenageadas pela municipalidade.

Os estudos históricos sobre os nomes de vias públicas nos conferem o conhecimento das particularidades de determinados municípios ao redor do Brasil. As especificidades de cada local permitem compreender a história, a memória e a identidade que cada cidade buscou adquirir e reafirmar no seu cotidiano conforme o passar dos períodos históricos. A pluralidade das histórias locais em um país de dimensões continentais desafia os historiadores a evitar as

¹ Roberto Lobato Corrêa (1989) refere-se ao poder público como o Estado, no geral. Para a melhor compreensão deste artigo, realizamos a troca desses termos para que não haja confusões quanto a escala de atuação do Estado neste cenário.

generalizações realizadas pelas historiografias clássicas, e nos permitem compreender os aspectos únicos de cada localidade (Barros, 2022). A historicidade de São José dos Campos, na qual será tratada nessa seção, nos permitirá entender como o primeiro núcleo urbano da cidade foi formado, como o município foi estruturado e como a construção da identidade local passou a ser constituída com os processos de consolidação do poder público no lugar.

As ruas que contam a história da cidade: formação, povoamento, estruturação e o estudo da toponímia em São José dos Campos (São Paulo – Brasil)

O núcleo inicial do povoamento de São José dos Campos estruturou-se na região do Rio Comprido no final do século XVI, em uma aldeia jesuítica que cumpria a função de uma “fazenda de gado”, buscando desviar as atenções dos colonos que procuraram os indígenas para o preamento. Com o crescimento da aldeia, tendo em vista o aumento populacional indígena e a diminuição do número de gado, passava a ser clara a função da fazenda de gado na catequização, aumentando a tensão entre os jesuítas e os colonos, ocorreu a expulsão dos aldeados desta área. Em 1640, os jesuítas fixaram-se em uma região aproximadamente 15 km distante do antigo aldeamento, com características geográficas e físicas que privilegiam a segurança do novo núcleo urbano da Aldeia de São José do Parahyba, na qual hoje está instalada a Igreja Matriz da cidade, no Centro (Ferreira, 2024).

A Aldeia de São José do Parahyba foi erigida à vila em 1767, mesmo não havendo as condições mínimas para a sua elevação devido à baixa densidade demográfica do local, com a maior parcela da sua população sendo indígena, além dos terrenos de má qualidade. Nos relatos de viajantes e exploradores, eram ressaltados o atraso e a precariedade da vila durante o final do século XVIII e início do século XIX (Oliveira, Papali, Zanetti, 2010; Almeida, 2008).

Em meio ao auge da economia cafeeira, a Vila de São José do Parahyba não apresentou tamanha relevância, o que estagnou o seu desenvolvimento. A vila produzia apenas 2% de todo o café plantado por todo o Vale do Paraíba Paulista, estando bem abaixo de localidades vizinhas como Jacareí, Taubaté e Pindamonhangaba. O início do seu desenvolvimento econômico e, consequentemente, urbano, acontece na segunda metade do oitocentismo, na década de 1870, com a implementação da Estrada de Ferro que passava nas margens da zona urbana local (Ferreira, 2024), integrando-se com as demais cidades do “grande arquipélago” que era o Brasil, como trata Milton Santos (2013):

Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção de café, o Estado de São Paulo se torna o polo dinâmico de vasta área que abrange os Estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui, a explicação pode ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade)

quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferros, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribui uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. Do outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitais de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez (Santos, 2013, p. 29).

O estabelecimento da Estrada de Ferro impactou a atual cidade de São José dos Campos, atuando no escoamento da produção agrícola, com a localidade alcançando 13% da produção de café da região após a inauguração da linha férrea, e na chegada de novos moradores para a localidade, tendo sua população quase triplicada em cerca de 40 anos, saindo de 6.935 em 1850 para 17.906, em 1886. A sua população urbana, inferior que a população rural, concentrava-se em três diferentes núcleos urbanos: Centro, o mais antigo, datado desde o período do aldeamento; Santana, mais ao norte, que surgiu como um entreposto de mercadorias para quem vinha de Minas Gerais e da Serra da Mantiqueira, atravessando o Rio Paraíba do Sul; e Eugênio de Melo, mais afastado a leste, já nas proximidades de Caçapava (Ferreira, 2024).

Na virada para o século XX, São José dos Campos não apresentava grandes perspectivas de seu crescimento, visto que a maioria da população morava nos esgotados cafezais, e a sua zona urbana desenvolvida, o Centro, que abrigava grande parte dos principais prédios públicos, civis e religiosos, também passou a concentrar pequenas fábricas, comércios e diversos serviços, além de monopolizar grande parte da população urbana para si (Santos, 2006). O município não teve um índice de crescimento tão relevante de 1886 até 1910 como visto no período anterior, atingindo 29.070 moradores e, apesar do aumento da produção do café em patamares superiores do que foi visto na maior parte do século XIX, a alternativa econômica de São José dos Campos foi a inauguração de pensões, consultórios e farmácias, além das vindas de médicos para o tratamento de doenças, em especial da tuberculose (Ferreira, 2024).

Na figura 1, podemos ver uma planta de São José dos Campos em meados da década de 1910, dando ênfase principalmente nos bairros Centro e Santana, os maiores núcleos urbanos da cidade. Enquanto Santana possuía como via principal a Rua 5 de Outubro neste período, o Centro já dotava de maior arruamento, o que propiciava a circulação de pessoas, bens e mercadorias por toda a cidade. Os principais prédios públicos, como a Prefeitura, Câmara, Mercado Municipal, Matadouro Municipal, Cemitério Municipal, além dos prédios religiosos como a Igreja Matriz e a Igreja de São Benedito se localizam neste entorno.

O planejamento espacial de São José dos Campos segue, em maior parte, um formato quadriculado, mesmo com algumas irregularidades entre o tamanho de um quarteirão e outro. A proximidade dos principais lugares da cidade pode ser destacada também, o que nos indica

que as ruas eram frequentemente utilizadas para a ligação dentro da zona urbana e para a zona rural.

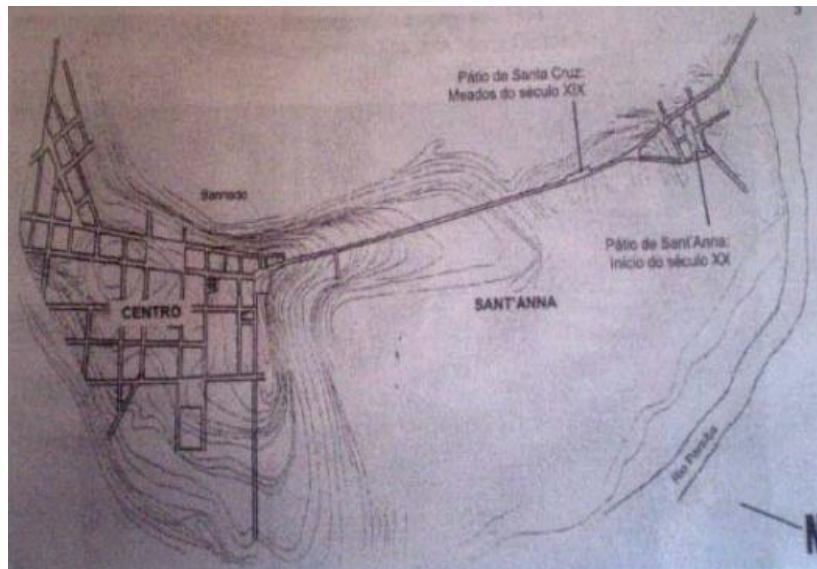


Figura 1: Planta de São José dos Campos por volta da década de 1910
Fonte: Arquivo Público Municipal

As informações dadas na figura 1 nos baseou para a construção da figura 2, na qual foi realizado um mapeamento da mancha urbana e do arruamento de São José dos Campos no início da década de 1910, utilizando como base um mapa de satélite de 2025, sendo disponibilizado pelo *Google Satellite*. Ao utilizarmos o auxílio do SIG Histórico para a melhor compreensão deste mapa, podemos observar o tamanho do principal núcleo da cidade neste período, além da possibilidade de analisar as dinâmicas e a evolução da mancha urbana da cidade até os dias atuais, mesmo não sendo o foco principal da pesquisa.

Mapeamento da zona central urbana e arruamento de São José dos Campos na década de 1910

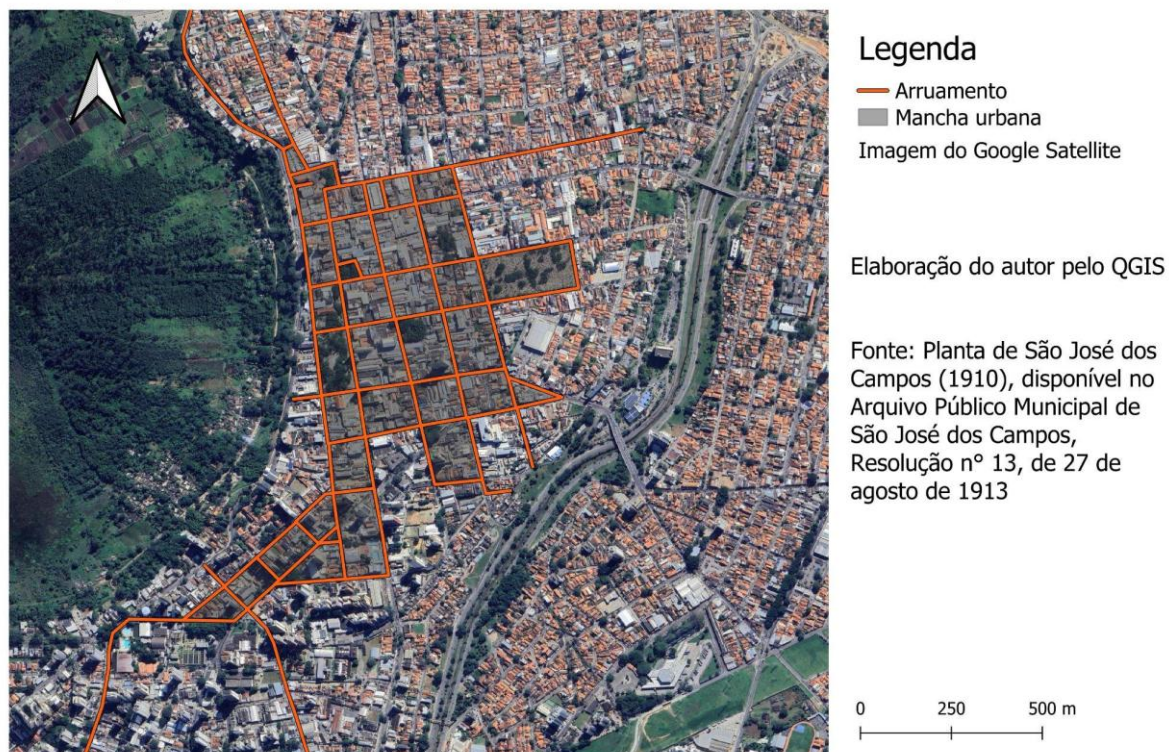


Figura 2: mapeamento da zona central urbana e arruamento de São José dos Campos na década de 1910
 Fonte: Arquivo Público Municipal, São José dos Campos (1913), elaborado pelo autor utilizando o QGIS

O destaque ao arruamento urbano torna-se notório quando passamos a dar as atenções necessárias para as suas nomenclaturas. De acordo com Nunes (2018), em 18 de outubro de 1897 foi feita uma resolução pelo vereador republicano José Monteiro Ferreira que propunha alterar o nome das principais vias da região central de São José dos Campos para nomes de datas cívicas, comemorativas e históricas do Brasil.

No entanto, dezesseis anos mais tarde, o prefeito da cidade, Tenente Coronel João Alves da Silva Cursino assina a Resolução nº 13 de 27 de agosto de 1913, resolvendo alterar a nomenclatura da maioria das ruas, em alguns casos retomando os nomes anteriores à Resolução de 1897 e, em outros casos, com nomes novos, como podemos perceber na tabela 1. Algumas ruas como a Rua Quinze de Novembro (antiga Rua Direita) e a Rua Sete de Setembro (antiga Rua do Fogo) permaneceram com o mesmo nome.

Tabela 1: alterações das nomenclaturas das ruas de São José dos Campos

Nome anterior à Resolução nº 13	Nome posterior à Resolução nº 13
Rua 13 de Maio	Rua do Villaça
Rua 5 de Outubro	Rua do Parahyba

Rua 1º de Março	Rua São José
Rua 24 de Fevereiro	Rua dos Bambús
Rua 19 de Fevereiro	Rua Major Antônio Domingues
Rua 22 de Abril	Rua João Tuca
Rua 28 de Setembro	Rua do Mercado
Rua 5 de Dezembro	Rua Francisco Raphael
Rua 25 de Março	Rua Francisco Paes
Rua 3 de Novembro	Rua Coronel José Monteiro
Rua 21 de Abril	Rua Dr. Rubião Júnior
Rua 2 de Dezembro	Rua do Humaytá
Rua 3 de Maio	Rua Antônio Saes
Rua sem denominação que vai ao Serimbura	Rua do Serimbura
Rua sem denominação que vai a Estrada de Parahybuna	Rua Parahybuna
Rua sem denominação em frente à Estrada de Ferro	Rua da Fábrica
Rua sem denominação transversal à Avenida Dr. João Guilhermino	Rua Francisco Berling
Rua sem denominação transversal à Avenida Dr. João Guilhermino	Rua Coronel Madeira
Praça 16 de Novembro	Praça Cônego Lima
Praça 20 de Janeiro	Praça do Cemitério
Travessa 12 de Outubro	Travessa Antônio Chagas
Travessa 11 de Agosto	Travessa da Matriz
Travessa 11 de Junho	Travessa Bento Pinto
Travessa 6 de Setembro	Travessa João Dias
Travessa 1º de Março	Travessa Justino Cobra
Travessa do Mercado	Travessa Chico Luiz
Travessa sem denominação transversal à Avenida Dr. João Guilhermino	Travessa Costanzo de Finis

Fonte: São José dos Campos (1913, pp. 1-2)

Seguindo na mesma ordem da tabela, utilizaremos a toponímia para a explicação dos nomes das vias públicas de São José dos Campos. A toponímia está sendo utilizada neste caso

para descrever as nomenclaturas e denominações das ruas, praças e travessas que foram rebatizadas na Resolução nº 13, como visto na tabela 1. Além disso, em alguns casos, uma descrição biográfica realizada pelo Álbum de São José dos Campos, escrita por João Netto Caldeira em 1934, vai ser utilizada para corroborar e demonstrar a importância de determinadas personalidades para a história local. Por mais que retrate a cidade de São José dos Campos em um tempo posterior, o álbum enaltece essas figuras históricas que fizeram parte da memória local.

A Rua 13 de Maio, em memória do dia da abolição da escravidão pela Lei Áurea em 1888, tornou-se a Rua do Villaça, que carrega algumas incertezas quanto ao seu nome, podendo se referir a um engenheiro, professor, sapateiro ou com uma chácara que vivia na localidade neste período. Villaça é o nome anterior da rua até 1897, quando foi efetivamente alterado para 13 de maio (Nunes, 2018).

Já a Rua 5 de Outubro recebeu este nome devido a Convenção de Beberibe, “que convocava a eleição de uma junta governativa com a participação de eleitores de todas as vilas da província e determinava a expulsão do governador e das tropas portuguesas ainda presentes em Pernambuco” (Souza, 2022), um episódio marcante para dar início aos conflitos de Independência do Brasil em 1821. Seu nome foi alterado para Rua do Parahyba, que ligava o Centro de São José dos Campos, passando pelo bairro de Santana até chegar no Rio Paraíba do Sul².

A rua e a travessa 1º de março recebem o mesmo nome por conta do fim da Guerra do Paraguai após a morte de Francisco Solano López em 1870. A rua tornou-se Rua São José³, em homenagem ao padroeiro da cidade, enquanto a travessa recebeu o nome de Justino Cobra⁴, que foi um morador de São José dos Campos no final do século XIX, mas não há tantas informações disponíveis sobre quem foi ele (Pró-Memória, 2025).

Por sua vez, a Rua 24 de Fevereiro recebeu este nome por ter sido a data da promulgação da primeira Constituição Republicana em 1824. Ela retomou o nome anterior à Resolução de 1897, voltando a se chamar Rua dos Bambus⁵ em razão de um enorme bambuzal que cercavam as chácaras dessa região. No entanto, antes mesmo da Resolução de 1897 esses bambuzais não existiam mais nessa rua, sendo retirados por questões de saúde pública (Nunes, 2018). Como a lembrança necessita de uma comunidade afetiva e sua construção acontece pelo

² Atualmente é a Avenida Rui Barbosa, tendo seu nome alterado em meados da década de 1920.

³ Atualmente é a Avenida São José, tendo seu “status” elevado para avenida no final da década de 1930.

⁴ A Travessa Justino Cobra desapareceu por volta do início da década de 1940, ela fazia parte do Beco do Cotovelo na região central de São José dos Campos, entre a Avenida Rui Barbosa e Avenida São José. Quando o beco começou a ser desapropriado no âmbito das transformações urbanísticas sanitárias da cidade neste período (Soares, 2007).

⁵ Atualmente é a Avenida Dr. Nelson D’Ávila, tendo seu nome alterado na década de 1950.

convívio social de determinados grupos, e as imagens espaciais desempenham um papel fundamental para a construção da memória coletiva (Halbwachs, 1990), a existência desses bambus esteve diretamente relacionada na construção de uma memória coletiva desta rua em determinado momento histórico, mesmo que no momento desta nova resolução, o bambuzal já não existia. A valorização das características físicas do local torna-se importante para a construção da identidade do grupo social que vive na rua.

A Rua 19 de Fevereiro recebeu este nome em homenagem à Passagem de Humaitá, uma operação naval vencida pelo exército brasileiro no contexto da Guerra do Paraguai em 1868. Com seu nome alterado para Major Antônio Domingues, homenageou o homem que nasceu em São José dos Campos em 1836, auxiliou na construção do antigo Mercado Municipal, além de exercer diversos cargos públicos não citados (Pró-Memória, 2025), também fez parte da Irmandade da Igreja de São Benedito como o rei festeiro, mesmo tendo sido intimado pela justiça em 1887 a libertar seus escravizados pela Lei dos Sexagenários (Silva, 2024). Abaixo, uma biografia de Antônio Domingues escrita por João Netto Caldeira no Álbum de São José dos Campos em 1934, enfatizando a importância do major na história da cidade:

Cel. Antonio Domingues de Vasconcellos - Nasceu nesta cidade, em 1835, o snr. Cel. Antonio Domingues de Vasconcellos, um dos maiores batalhadores com que contou S. José nos primeiros tempos.
Era casado com a exma. Sra. d. Claudina Maria de Vasconcellos, tendo deixado os seguintes filhos: cel. José Domingues de Vasconcellos; d. Mariana esposa do finado snr. Francisco [tremido]; Rosendo Domingues, já falecido; Francisco e João Domingues, aqui residentes; d. Anna, esposa do snr. Demetrio Honório de Souza; D. Brasilina, esposa do sr. Bernardino Bueno de Souza; d. Esmeralda, casada com o finado sr. Juvenal Pinto da Cunha; d. Maria, esposa do snr. Valencio José Leme; e d. Octavia, consorciada com o snr. Targino Marcondes da Salles.
Sempre foi negociante de café e lavrador dos mais competentes.
Exerceu diversos cargos públicos, agindo systematicamente sob as meesmas da maior [tremido] e esemplo.
Falleceu nesta cidade, ocasionando extraordinaria consternação a sua morte (Caldeira, 1934, pp. 131-132).

A rua que carrega a data da chegada dos portugueses ao Brasil, dia 22 de abril, também teve seu nome retomado para o que era antes de 1897, mas dessa vez recebeu o nome de uma personalidade local: João Tuca. A Rua João Tuca⁶ recebeu este nome em homenagem ao cidadão joseense que se voluntariou para lutar na Guerra do Paraguai na década de 1860 (Nunes, 2018).

O dia em que as leis abolicionistas do Ventre Livre em 1871 e a Lei dos Sexagenários em 1885 foram promulgadas também foi lembrada como nome de rua em São José dos

⁶ Atualmente é a Rua Dolzani Ricardo, tendo seu nome alterado sem data específica, mas possivelmente no início da década de 1930.

Campos. A Rua 28 de Setembro passou a ser conhecida como Rua do Mercado⁷, atribuindo as características da funcionalidade do espaço do Mercado Municipal para ser nome de via pública (Nunes, 2018).

A Rua 5 de Dezembro faz referência a data do retorno da Família Imperial do Brasil em 1889 para Lisboa após a Proclamação da República. Esta rua passou a se chamar Rua Francisco Raphael, homenageando o vereador nascido em São José dos Campos em 1868, também foi promotor público da cidade. A transformação da Rua 5 de Dezembro para a Rua Francisco Raphael foi um caso especial de homenagem em vida, visto que ele faleceu poucos anos depois, em 1915, vítima de uma cardiopatia (Caldeira, 1934).

Dr. Francisco Raphael de Araujo e Silva - Nasceu o dr. Francisco Raphael de Araujo e Silva nesta cidade, em 22 de março de 1868, sendo filho do saudoso joséense sr. Francisco Raphael da Silva Junior e da exma. Sra. d. Maria Candida de Araujo e Silva. Aos 14 annos seguiu para a capital fazendo os preparatorios e formando-se em 22 de Outubro de 1891 pela Faculdade de Direito do Estado, sendo nomeado Promotor Publico desta comarca logo a seguir.

Mais tarde, em 1901, realisou brilhante concurso para uma vaga de juiz de direito. A sua nomeação deixou de ser feita, por motivo de força maior. Em 16 de setembro de 1907, recebeu titulo de habilitação para o juizado de direito.

Espirito forte, alma boa, dotado de grande cultura, o dr. França, como todos o tratavam, só inspirava amizade e sympathia.

Apesar das dificuldades sem conta que lhe traziam as funções arduas de promotor publico, sabia agir sempre com criterio e tacto, não desagradando seus pares e agindo invariavelmente dentro da lei.

Consoado desde 5 de abril de 1894 com a exma. Sra. d. Cecilia Sonevend de Araujo, deixou dois filhos: senhorinha Leonor e Gustavo.

A sua morte occorreu a 20 de janeiro de 1915, causando profunda consternação em quantos o conheciam. Victimou-o uma “asystolia” consequente de “cardiopathia”.

Até hoje é venerada pelos joséenses a memoria do sr. dr. Francisco Raphael de Araujo e Silva (Caldeira, 1934, p. 136).

25 de março foi o dia na qual foi outorgada a primeira Constituição Brasileira em 1824, tendo sido nomeada como nome de rua justamente para exaltar este feito. Em 1913, teve seu nome alterado para Rua Francisco Paes, que homenageia o ex-vereador, advogado e o cristão que fundou obras de caridade na cidade. A rua retomou o nome anterior a 1897, já que era chamada de Rua do Chico Paes. Também foi um caso de homenagem em vida (Nunes, 2018). Sua biografia também foi escrita no Álbum de São José dos Campos:

Francisco Paes de Brito - Foi o apostolo da caridade nesta terra! Ninguém ignora quanto fez Francisco Paes de Brito pela pobreza do municipio, agindo sempre com a observancia dos dictames do Senhor: “Não saiba amão esquerda, os beneficios praticados pela direita”.

Fundador da Conferencia de S. Vicente de Paulo, idealizador da Casa de Caridade, não limitou sua acção ao campos das idéas, pois foi sempre o mais infatigavel pioneiro do bem e da caridade, estando invariavelmente onde havia fome, nunca faltando nos lares em que rondava a pernuria.

⁷ Atualmente é a Rua Siqueira Campos, tendo seu nome alterado no início da década de 1930 ao unir a Rua do Mercado com a Rua do Matadouro.

Até hoje permnecem (sic) de pé, vencendo sempre, as pias instituições creadas por Francisco Paes de Brito, num atestado vivo da sua operosidade.
 Homem honrado, tendo pela virtude o mais fervoroso culto, era apontado como exemplo do bom cidadão e do chefe de família perfeito.
 Advogado, raras vezes agia com o emprego da justiça, procurando sempre o caminho suave da conciliação.
 Vereador municipal, luctou ardorosamente pelo bem geral.
 Escrivão do jury, foi o prototypo inconfundivel do funcionario zeloso.
 A memoria de Francisco Paes de Brito será sempre abençoada e querida (Caldeira, 1934, p. 138).

A Rua 3 de Novembro recebeu este nome por ter sido a data do Golpe dado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 1891, ao fechar o Congresso Nacional, convocar novas eleições para a escolha de novos representantes e declarar o estado de sítio (Alves, 2007). O Coronel José Monteiro Ferreira, pessoa homenageada para substituir a nomenclatura da Rua 3 de Novembro, foi um político de relevância no contexto joseense, tendo sido prefeito, vereador e líder do Partido Republicano local. Atuou também nas melhorias das infraestruturas urbanas da pequena cidade, lutando pela implantação das melhorias de serviços de água e luz (Nunes, 2018). A memória desta personalidade também esteve no Álbum de São José dos Campos:

Coronel José Monteiro Ferreira - Aqui nasceu o sr. coronel José Monteiro Ferreira, oriundo de uma das mais distintas familias paulistas.
 Logo no verdor dos annos demonstrou-se homem bom e criterioso, pelo que foi subindo sempre mais no conceito geral, ocupando numerosos postos de eleição, até chegar à chefia politica do municipio, altas funcções em quee permaneceu durante largo tempo.
 Eleito vereador municipal, agiu decisivamente a favor dos interesses da cidade, ocupando a prefeitura em 1905 e a presidencia da Camara dessa data até 1916.
 Como governador da cidade realizou inummeros melhoramentos que ahi estão até hoje, attestando a sua operosidade.
 O sr. cel. José Monteiro Ferreira, hoje afastado da vida publica, desfructa a existencia tranquillã dos que já cumpriram o seu dever (Caldeira, 1934, p. 140).

A constituição de Tiradentes como um herói cívico-religioso da nação brasileira enalteceu a data de 21 de abril, como diz Carvalho (1997). A religiosidade cristã, o simbolismo com a crucificação de Cristo, o fato de não ter sujado suas mãos de sangue além do fator geográfico tornou a figura do dentista como o mártir ideal para a formação de um sentimento de identidade nacional e pertencimento para o Brasil (Carvalho, 1997). O engrandecimento da figura de Tiradentes tornou-se primordial para a construção do imaginário brasileiro e espalhou-se pelo país, não sendo diferente em São José dos Campos. A rua que relembra a data de morte do então “herói nacional” foi rebatizada como Rua Dr. Rubião Júnior, em homenagem a João Álvares Rubião Júnior, político nascido no Rio de Janeiro que visitou São José dos Campos em 1909. Sua homenagem se deu, “pois, este era uma esperança de apoio em prol dos interesses locais” (Siqueira, 1991).

O nascimento do Dom Pedro II, assim como a criação do Colégio que recebeu o nome do último imperador do Brasil também foram homenageados como nome de rua em São José dos Campos. A Rua 2 de Dezembro, posteriormente foi denominada como Rua do Humaytá, em lembrança a Fortaleza de Humaitá, a maior fortificação fluvial controlada pelo Paraguai na bacia Paraguai-Paraná-Plata e que posteriormente foi derrubada pelo Brasil durante a Guerra do Paraguai (Nakayama, 2020).

A Rua 3 de Maio, por sua vez, foi a data da posse dos membros da Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil em 1823, e teve seu nome alterado para a Rua Antônio Saes. De acordo com Nunes (2018), Antônio Saes foi suplente de vereador em São José dos Campos durante a Guerra do Paraguai e encarregado do Cemitério Municipal. Antes da Resolução de 1897, a rua chamava-se Rua dos Saes, já que a maior parte da família Saes morava nessa rua, em uma região mais afastada do Centro. A renomeação, segundo Nunes (2018), foi a luta da família pelo retorno ao antigo nome, que terminou com o nome da figura mais conhecida da família sendo homenageado.

Entre as cinco ruas sem denominação que receberam pela primeira vez uma nomenclatura, temos a Rua do Serimbura e a Rua Parahybuna. Enquanto a Rua do Serimbura⁸ ligava a região central até a Capela do Bom Jesus do Serimbura, no subúrbio da cidade como descreve o Almanach Litterario de 1881, não se há registros da construção da igreja, mas sabe-se que sua construção foi anterior a 1874, visto que uma pequena matéria do jornal Correio Paulistano convidava os leitores para frequentarem a Festa do Bom Jesus na igreja. Já a Rua Parahybuna, por sua vez, fazia a ligação entre as cidades de São José dos Campos e Paraibuna, tendo sido construída em 1898. Como o que era produzido em Paraibuna ia diretamente para Caçapava, a construção desta ligação entre as duas cidades vizinhas seria fundamental para a constituição de uma pequena rede urbana (Chuster, 2011; Rochefort, 2002).

Outra rua que não tinha nomenclatura foi a Rua da Fábrica⁹, que recebeu este nome por, segundo Nunes (2018), localizar a Fábrica de Louças Santo Eugênio, primeira indústria de São José dos Campos. No entanto, torna-se curioso quando sabemos que a fundação desta fábrica é datada apenas em 1921, oito anos depois da resolução que enfim lhe nomeava, além de que em 1913, Eugenio Bonadio, fundador da fábrica, sequer havia chegado ao Brasil (Pereira, 2009). Como a Resolução nº 13 descreve a Rua da Fábrica como rua sem denominação em frente à Estrada de Ferro, o que pode nos indicar a localização da indústria nas margens da linha férrea. Sendo a Fábrica de Louças Santo Eugênio ou alguma outra fábrica que esteve

⁸ A Rua do Serimbura ainda existe nos dias de hoje, no entanto, a maior parte do seu trecho teve seu nome alterado para Avenida Nove de Julho em 1932.

⁹ Atualmente é a Rua Euclides Miragaia, tendo seu nome alterado em 1933.

na área antes da instalação da indústria de louças, percebemos mais uma vez o uso do espaço como característica para a nomeação de ruas.

Outras duas ruas sem denominação que receberam seu primeiro nome são as ruas Francisco Berling e Coronel Madeira. Das poucas informações que se tem registro sobre Francisco Berling, sabe-se que ele foi um dentista; enquanto o Coronel Madeira foi um fazendeiro e membro da Guarda Nacional que havia residência em São José dos Campos (Nunes, 2018).

Quanto às praças, duas tiveram seu nome alterado. A Praça 16 de Novembro recebeu este nome devido aos processos que envolveram a Proclamação da República no Brasil, pelo decreto nº 2 dessa mesma data, o governo republicano formalizou a saída da família imperial oferecendo-lhe uma quantia para o estabelecimento dela no exterior, a fim de demonstrar pacificidade na transição do governo (Brasil, 1889). Com o nome alterado para Praça Cônego Lima, a intenção da municipalidade foi de homenagear aquele que foi vigário da cidade entre 1895 e 1911, que atuava efetivamente na Igreja Matriz e nas Irmandades Negras da Igreja de São Benedito e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Silva, 2024). Coincidentemente, esta última localizava-se neste endereço até ser demolida em meados da década de 1880, quando a praça era conhecida como Largo do Rosário (Nunes, 2018). Uma nota biográfica sobre o Cônego Lima também foi escrita no Álbum de São José dos Campos de 1934, buscando enfatizar a figura religiosa da personalidade.

Conego Francisco de Oliveira Lima - Foi um santo, foi um grande apóstolo da Religião Catholica o rvmo. sr. Conego Francisco de Oliveira Lima!
Nomeado vigario desta Parochia em 1885, aqui permaneceu até 1911, dando exemplos de caridade, de fé, de amor ao proximo, guiando o rebanho de Deus com perseverança e eficiencia.
Todos em S. José dos Campos sentiram pelo venerando ministro do Senhor o mais profundo respeito e veneração.
Nasceu o snr. Conego Lima em S. Gonçalo do Sapucahy a 7 de dezembro de 1843, estudando as primeiras letras com o francez professor Pedro Lamour.
Mais tarde, entrou para o collegio dos srs. Padres José Theodoro Brasileiro, Antonio Honorio Perpetuo e João Moraes, com os quaes fez os exames de humanidades e, após, veio para S. Paulo, onde recebeu as ordens menores das sagradas mãos de D. Sebastião Pinto do Rego.
O exmo. D. Antonio Ferreira Viçoso, após conferir-lhe o presbyterato em 15 de junho de 1867, nomeou-o Cura da Cathedral de Marianna, conego cathedratico e professor do Seminario Episcopal.
Assoberbado pelo trabalho estafante a que se entregava, adoeceu o snr. Conego Lima, regressando para sua terra natal, onde foi dirigir o Collegio Santa Maria.
Mais tarde transferiu-se para S. Paulo, sendo-lhe designada a parochia de S. Simão, que deixou em 1885, quando veio para São José.
Uma existencia inteira passou entre nós o venerando sacerdote e os beneficos que prestou ahi estão patentes na memoria de quantos o conheceram.
Afinal, após 26 annos de lucta, precisou descansar, indo para o Seminario de Taubaté onde adoeceu em 1919. Quiz rever a sua querida São José, aqui chegando gravemente enfermo em maio do mesmo anno. Não melhorou, sendo chamado para o Seio do Altissimo as 18 horas e 10 minutos do dia 23 de julho.

O seu enterro significou uma legítima apoteose do povo reconhecido ao seu querido Pastor (Caldeira, 1934, pp. 132-133).

Já a Praça 20 de Janeiro recebeu esta homenagem por ter sido a data que a República oficializou a versão do hino nacional composta pelo maestro Francisco Manoel da Silva e oficializa o “Hino da Proclamação da República”, composta pelo maestro Leopoldo Miguez baseada na poesia de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (Brasil, 1890). Com a alteração, a praça passou a se chamar Praça do Cemitério, devido à localização deste, tendo sido atribuída mais uma vez pela função de uso do espaço.

Por fim, entrando nas pequenas e estreitas vias públicas, comumente chamadas de travessas. A Travessa 12 de Outubro pode nos remeter principalmente ao encontro de navegadores com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, ocorrida em 1717 no Rio Paraíba do Sul, como também ao Dia da Aclamação, quando o Brasil declarou formalmente a sua independência de Portugal (Lyra, 1995). Com a mudança de sua nomenclatura, tornou-se Travessa Antônio Chagas¹⁰, na qual não foi encontrada a biografia desta pessoa. No entanto, a localização da travessa ficava nas proximidades da Igreja Matriz, entre a Rua São José e a Rua do Parahyba, de acordo com uma planta de um projeto de alargamento da travessa, feita em 1933, já com nomes alterados.

O dia 11 de agosto marca a inauguração da Faculdade de Direito de São Paulo, fato este que recebeu a atenção necessária para homenagear a data em uma travessa de São José dos Campos. No entanto, em 1913, o nome é alterado para Travessa da Matriz, por estar localizado nas proximidades da Igreja Matriz de São José dos Campos (Nunes, 2018).

A Travessa 11 de Junho nos remete a Batalha Naval do Riachuelo, mais uma envolvendo o contexto da Guerra do Paraguai. Ela passou a ser nomeada como Travessa Bento Pinto, que foi juiz de paz de São José dos Campos entre 1861 e 1864, além de ter estabelecido a primeira farmácia da então vila e trazer o primeiro médico para residir na localidade, também era um homem com posse de escravizados na cidade (Cabral, 1980; Silva, 2024). Bento Pinto também foi uma das personalidades locais com uma biografia feita pelo Álbum de São José dos Campos em 1934:

Bento Pinto da Cunha - Vulto de grande projecção na vida de S. José, quando esta cidade ainda estava em embrião, o snr. Bento Pinto da Cunha muito trabalhou em favor do progresso local, agindo sempre com denodo a favor das melhores idéas aqui surgidas.

Entre outras iniciativas, tomou a de formar uma sociedade, com o concurso de fazendeiros, custeando a permanencia de um medico e estabelecimento de pharmacia na localidade.

¹⁰ A Travessa Antônio Chagas deixou de receber esse nome, porém não se sabe o período correto. O seu traçado ainda continua igual, no entanto, não recebe nenhum outro nome atualmente, ficando entre o que é hoje a Praça dos Expedicionários e a Praça Padre João.

Foi juiz de paz durante largos annos.
Procurando-se predio para o estabelcimento do grupo escolar, cedeu por insignificante quantia um palacete de sua propriedade.
O seu fallecimento causou geral consternação, tendo deixado apenas uma filha, que aqui vive: a exma. Sra. d. Maria Custodia de Paiva Baracho, viuva do fallecido snr. dr. José Pedro de Paiva Baracho, que, aqui foi Juiz Municipal e, depois, juiz de Direito de Ribeirão Preto (Caldeira, 1934, p. 132)

Por sua vez, não foram encontrados motivos para a Travessa 6 de Setembro ter recebido esta data para a nomeação desta via pública. Nunes (2018) afirma que existe a possibilidade de ser o Dia do Hino Nacional, sendo que, a bem da verdade, o Dia do Hino Nacional é em 13 de abril. A travessa recebeu o nome de João Dias, que era proprietário de terras da cidade (Nunes, 2018).

A caracterização do uso funcional do espaço nos traz a Travessa do Mercado, que era uma via localizada na lateral do Mercado Municipal de São José dos Campos. Ela passou a ser chamada como Travessa Chico Luiz, em homenagem ao pai do então prefeito da cidade, João Alves da Silva Cursino. A motivação que levou a travessa a receber tal nomenclatura pode ter sido referente a construção da Capela de Nossa Senhora Aparecida, que foi de posse da família Cursino (Nunes, 2018).

Por fim, a travessa sem denominação na transversal da Avenida Dr. João Guilhermino passou a ser chamada Travessa Costanzo de Finis, italiano naturalizado brasileiro e residente em São José dos Campos, que posteriormente foi vereador da cidade de 1914 até 1916, além de trabalhar no setor da construção (Cabral, 1980).

Memória e identidade no espaço urbano: a construção e valorização da identidade local pelas ruas da cidade

Como brevemente visto na seção anterior, a Resolução de 1897 teve como proposta enfatizar a memória de datas cívicas e comemorativas da história do país nas ruas de São José dos Campos. Fato este que é notado a formação de um sentimento de nacionalismo e patriotismo muito forte com a exaltação da memória e do legado dessas datas para o Brasil, mesmo não havendo de forma clara a preferência e até uma simples guinada entre os diferentes sistemas de governo e suas ideias, respectivamente, a monarquia e a república.

Por mais que os ideais republicanos vigentes buscassem se afastar de um pensamento monárquico no contexto pós-Proclamação, como afirma Arnaut (2009), a intenção de José Monteiro Ferreira que, cabe muito bem destacar, era filiado ao Partido Republicano (Nunes, 2018), com Resolução de 1897 foi não realizar essa distinção do sistema político e valorizar o que mais importava em questão: a pátria brasileira. Apesar de grandes partes das datas que passaram a ser lembradas fossem oriundas do período Imperial, com amplo destaque aos

eventos do contexto da Independência do Brasil e da Guerra do Paraguai, a valorização de datas que remetesse a uma “jovem” República também foi lembrada, como a concepção de Tiradentes como um herói nacional (Carvalho, 1997), enfatizando o dia 21 de abril e a memória dos eventos da Proclamação da República.

Esses eventos fortalecem o sentimento de nacionalismo, de patriotismo e a construção de uma identidade nacional em São José dos Campos, algo que, apesar de ser recorrente na história do cotidiano da cidade, denota a tentativa do poder público de reafirmar esse feito. A ideia da municipalidade valoriza a constituição e o fortalecimento de uma memória coletiva do país dentro do espaço urbano da localidade, além da construção de uma consciência histórica forjada nas bases das concepções de identidade nacional. O imaginário coletivo construído por meio dos nomes das ruas torna-se fundamental para a compreensão do pensamento patriótico e do pensamento nacional, pois, como trata Zamboni (2003), é fundamental que cada cidadão entenda que faça parte dos movimentos históricos e dos processos de transformação do Brasil:

A identidade social e a formação de uma consciência histórica são constituídas de uma concepção de tempo em que há relações temporais entre o passado, o presente e o futuro, estão em um processo contínuo de mudanças e cada indivíduo faz parte desse processo de transformação, pois o passado nos constitui, forma o nosso social; nós nos encontramos imersos nesta dimensão temporal. Portanto, somos parcialmente responsáveis pela construção do futuro e todos nós participamos dos movimentos históricos (eleições, escolhas, posturas éticas, sentimentos valorativos, papéis profissionais) e participamos conscientemente ou não dos processos de transformação (Zamboni, 2003).

Por outro lado, a Resolução nº 13 de 1913, assinada por outro republicano, o prefeito João Alves da Silva Cursino, reafirma a intenção da municipalidade na preservação das personalidades locais em sobreposição da identidade nacional. Quando há a preferência na escolha de figuras de São José dos Campos, além das atribuições do uso funcional do espaço urbano para serem nomeadas enquanto vias públicas, fortalecem, por sua vez, o sentimento de localismo e pertencimento dos cidadãos joseenses. Se por um lado, tivemos a construção de uma identidade nacional tendo como base a reverberação da memória coletiva nacional, a construção da identidade local feita pela Prefeitura utilizando como base as nomenclaturas dos nomes de rua favorece a constituição de uma memória coletiva local, do próprio município.

A homenagem para determinados políticos, religiosos ou até mesmo moradores de uma classe liberal do município, além de figuras históricas que representaram São José dos Campos em dado momento da história, contribui para que a memória e o legado dessas pessoas não sejam apagados. O enaltecimento do cidadão homenageado preserva a história da cidade, constitui as identidades locais e fortalece a memória coletiva urbana. As personalidades históricas do município como o Cônego Lima, João Tuca, Coronel José Monteiro e o Major Antônio Domingues passam a figurar, oficialmente, no pequeno e breve panteão das principais

figuras que a história de São José dos Campos, construídas pelas elites locais, buscou enfim valorizar. As identidades locais passaram a ser construídas com base na memória e dentro do seu espaço urbano, valorizando as personalidades que contribuíram em diferentes âmbitos - civil, político e religioso - para o crescimento da pequena cidade.

Por fim, quando existem ruas que são nomeadas enquanto ao seu uso dentro do espaço urbano ou por características geográficas e físicas das regiões da cidade, ressaltam a intenção e a afirmação do poder público de atribuir a funcionalidade de determinada via da cidade. A existência das nomenclaturas como “Rua do Mercado”, “Rua da Fábrica”, “Praça do Cemitério” e “Travessa da Matriz” nos indicam que determinada infraestrutura urbana adquiriu tamanha importância no cotidiano da cidade na qual passam a ser identificadas por elas mesmas. Já a “Rua do Parahyba”, “Rua do Parahybuna” e “Rua do Serimbura”, foram nomeadas por serem ruas que levavam a determinadas localidades dentro e fora da cidade. A “Rua dos Bambus”, por sua vez, esteve atrelada à característica física da via.

Os traços do passado de uma cidade possuem as marcas das passagens dos anos, além do uso e o consumo dos atores sociais que viveram neste espaço (Pesavento, 2005). Como a memória pode ser observada enquanto um elemento intermediário que liga o passado com o presente (Bosi, 2003), as nomeações dos logradouros públicos se materializam na história da cidade, enfatizando um cotidiano longínquo, porém que ainda podem persistir no imaginário coletivo dos moradores da localidade.

Como Dick (1992) discute, essas respectivas nomeações podem se tratar de um estado de espírito momentâneo, visto que, em um primeiro momento, ocorre a valorização de uma memória e identidade que privilegie os aspectos nacionais e patrióticos e, em outro momento, é a valorização da memória e identidades locais que se tornam vistas dentro do cenário urbano de São José dos Campos.

O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o passado da urbs, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. Mas o presente das cidades é também aquele tempo onde se pensa o futuro, se articulam planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente (Pesavento, 2005, p. 14).

As ruas estão no cotidiano e ressaltam as identidades que as cidades buscam construir na sua história. O mundo urbano transita pelas ruas, e a memória daqueles que a nomeiam acaba se tornando fixadas e revisitadas a cada entrar na rua. As identidades locais ressaltadas pela municipalidade de São José dos Campos em 1913 acabam valorizando aquelas pessoas que contribuíram para a construção e estruturação da cidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento entre os cidadãos locais.

Considerações finais

O trabalho expõe, em certa medida, como os conceitos de memória, espaço e identidade estão conectados. A construção das memórias coletivas e das identidades sociais dentro do espaço urbano denotam a tentativa do poder público de fortalecer o sentimento de localismo, valorizando a história da cidade, as figuras marcantes que tiveram sua importância para o crescimento do município e as características geográficas e físicas dentro da zona urbana.

O estudo comparativo entre duas resoluções de alterações em nomes de ruas nos permite compreender melhor como a formação da identidade local se sobrepôs à construção de identidades nacionais feitas anteriormente. O ideário patriótico e nacionalista, criado pela municipalidade e sem a distinção dos sistemas de governo, acabou por ser substituído pela maior valorização do local, atribuindo a nomenclaturas das ruas a personalidades históricas de determinada relevância no âmbito de São José dos Campos.

Ao fim e ao cabo, tal pesquisa pretende impactar a historiografia urbana, tanto no âmbito a nível nacional, quanto à escala municipal, ao demonstrar sobre as nuances e as multiplicidades que os estudos sobre as denominações de vias públicas podem oferecer aos pesquisadores. As particularidades dos nomes de ruas, praças e travessas em São José dos Campos podem oferecer novos ideais e diálogos com as singularidades de outros municípios espalhados pelo território brasileiro.

MEMORY, SPACE, AND IDENTITY: STREETS AS AN ELEMENT OF LOCAL IDENTITY ENHANCEMENT IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SÃO PAULO – BRAZIL)

Abstract: The article discusses the formation and appreciation of local identities in the municipality of São José dos Campos through changes in street names. In 1913, a resolution signed by the mayor of the municipality changed the names of public roads from important civic dates in Brazilian history to names of figures emblematic to the history of the municipality. As memory, space, and identity are interconnected concepts, the purpose of this research is to demonstrate how this resolution culminated in the enhancement of local urban memory through toponymy, a science that studies the names of places. In addition to analyzing Resolution No. 13, the use of toponymy and Historical GIS was necessary to better understand the urban space of São José dos Campos during that period. The results demonstrated the respective appreciation of the public authorities for these figures of relevance to local history.

Keywords: memory; space; identity; urban history; streets.

MEMORIA, ESPACIO E IDENTIDAD: LAS CALLES COMO ELEMENTO DE VALORIZACIÓN DE LA IDENTIDAD LOCAL EN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SÃO PAULO – BRAZIL)

Resumen: El artículo trata sobre la formación y valorización de las identidades locales del municipio de São José dos Campos a través de los cambios en la nomenclatura de las calles. En el año 1913, una resolución firmada por el alcalde del municipio cambió la denominación de las vías públicas, pasando de fechas cívicas importantes de la historia de Brasil a nombres de figuras emblemáticas para la historia del municipio. Dado que la memoria, el espacio y la identidad son conceptos interrelacionados, el objetivo de esta investigación es demostrar cómo dicha resolución culminó en la valorización de la memoria urbana local a través de la toponimia, una ciencia que estudia los nombres de los lugares. Como metodología, además del análisis de la Resolución n.º 13, fue necesario el uso de la toponimia y el SIG Histórico para comprender mejor el espacio urbano de São José dos Campos en ese período. Los resultados demostraron la respectiva valorización por parte del poder público de estas figuras relevantes para la historia local.

Palabras clave: memoria; espacio; identidade; historia urbana; calles.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.

ALMEIDA, Valéria Zanetti de. **Cidade e identidade: São José dos Campos do peito e dos ares**. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

ALVES, Francisco das Neves. O golpe de estado de novembro de 1891 e as repercussões na cidade do Rio Grande. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 11, p. 63-76, 2007.

ARNAUT, Luiz. República versus Monarquia: a luta pela memória (Poemas, política e memória nos jornais da Corte, 1870-1889). In **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Por uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BRASIL. Decreto nº 2, de 16 de novembro de 1889. **Provê á decencia da posição da família do ex-imperador e ás necessidades do seu estabelecimento no estrangeiro**. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, p. 2. v. 1. 1889.

BRASIL. Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890. **Conserva o Hymno Nacional e adopta o da Proclamação da Republica**. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, p. 148. v. 1. 1890.

CABRAL, Geraldo Moacir Marcondes. **Nomenclaturas das vias públicas com a identificação dos nomes gravados na placa**. São José dos Campos: Câmara Municipal. 1980.

CALDEIRA, João Netto. **Álbum de São José dos Campos**. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1934.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH-USP, 1992.

FERLA, Luís *et al.* Pauliceia 2.0: mapeamento colaborativo da história de São Paulo, 1870-1940. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 4, p. 1207-1223, 2020.

FERREIRA, Gabriel Henrique dos Santos. **O processo histórico de urbanização de São José dos Campos entre 1940 e 2000**. Trabalho de graduação (Graduação em História), Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos-SP, 2024.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. O uso do SIG Histórico na análise da gênese e da forma de cidades do nordeste de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, n. 1, 2023.

FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Crítica Histórica**, v. 10, n. 19, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

NAKAYAMA, Eduardo. A Fortaleza de Humaitá: entre o mito e a realidade. **Navigator**, v. 14, n. 27, p. 11-18, 2020.

NUNES, Guilherme Augusto Escobar. **História e cotidiano: estudo da cidade de São José dos Campos/SP por meio da toponímia**. Trabalho de graduação (Graduação em História), Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos-SP, 2018.

OLIVEIRA, Vanessa Cristina Moraes; PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria. A elevação da Aldeia de São José do Parahyba em 1767: o papel das vilas e aldeias paulistas no contexto político do Brasil Colonial. In: PAPALI, Maria Aparecida. (org.). **São José dos Campos: de Aldeia a cidade**. Vol. 3. São José dos Campos, SP: Univap, 2010, pp. 73-89

PERREIRA, Cristiano José. **A cidade, a fábrica e a juventude: a mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças “Santo Eugênio” e o contexto industrial de São José dos Campos-SP (1921-1973)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PESAVENTO, Sandra. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ (Ufpel)**, p. 9-18, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5. n. 10, 1992, pp. 200-215.

PRÓ-MEMÓRIA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Projeto Ruas**. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/mapa-projeto-ruas/>. Acesso em: 24. Jul. 2025.

QUEIROZ, Filipe de Souza. Álbum de São José dos Campos (1934): a propaganda para o surgimento de uma estância climática. **Anais do I Congresso de História do Vale do Paraíba**, São José dos Campos-SP, 2024.

ROCHEFORT, Michel. Les notions de réseau urbain et d'armature urbaine. Tradução de Pedro Ribeiro Moreira Neto, **Strates**, 2002.

SANTOS, Ademir Pereira dos. **Arquitetura Industrial**. São José dos Campos: edição do autor, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP). **Resolução nº 13, de 27 de agosto de 1913**. São José dos Campos-SP, Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 1913.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memórias do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 4, n. 1, 2002.

SILVA, Stella Camille da. **Igreja de São Benedito e a Irmandade Negra de São José dos Campos (1870-1888 e 1930-1960)**. Trabalho de graduação (Graduação em História), Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos-SP, 2024.

SIQUEIRA, Jairo César de. **Nossa Cidade de São José dos Campos**. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo. 1991.

SOARES, Luiz Laerte. **Transformações urbanas em São José dos Campos no período do Estado Novo**. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos-SP, 2007.

SOUZA, George Félix de Cabral. Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência (1817-1824). Movimentos influenciados por ideias libertárias fez com que região tomasse o poder e se separasse de Portugal, esquentando caminho para tornar o Brasil independente. **Ciência e Cultura**, v. 74, n. 1, p. 1-7, 2022.

ZAMBONI, Ernesta. Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica. **Cadernos Cedes**, v. 23, p. 367-377, 2003.

SOBRE O AUTOR

Gabriel Ferreira é graduado em História e mestrando em Planejamento Urbano e Regional (PPGPLUR) pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap); colaborador do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos e aluno-pesquisador do Laboratório de Estudos da Cidade (Labidades) da UNIVAP.

Enviado em 31/07/2025

Aceito em 09/12/2025